



5984634



08008.000070/2018-37

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Despacho nº 487/2018/SAA/SE

Destino: **CGGP**Assunto: **Pessoal: Cursos Promovidos por Outras Instituições no Brasil**

1. Trata-se de solicitação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, mediante o Memorando nº 43/2018/CGL/SAA/SE (5898688), no sentido de autorizar a contratação, por inexigibilidade, do Seminário Nacional: “TEMAS FUNDAMENTAIS E APLICADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A IN Nº 05/17 E O TCU”, que será realizado pela empresa Zênite Informação e Consultoria S.A, nos dias 04 a 06/04/2018, em Brasília - DF, para 5 servidores da CGL e 5 servidores da Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais.
2. Em breve síntese, a Coordenação-Geral, no referido Memorando, demonstra a importância do curso para os servidores da unidade, a previsão legal para contratação por inexigibilidade, a singularidade da contratação e a notória especialização da empresa quanto à temática. Encaminha, ainda, pesquisa junto ao Pannel de Preços na qual o valor individual da inscrição, que de R\$ 3.790,00 (três mil, setecentos e noventa reais) se converterá em R\$ 3.032,00 (três mil e trinta e dois reais), é inferior à mediana encontrada na Pesquisa de Mercado - Pannel de Preços (5978535), tendo em vista que a cada 4 inscrições efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a Contratada concederá cortesia para a quinta inscrição, conforme informado no *Folder* do Seminário (5898881).
3. Pelo exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão Pessoal para instrução prévia do processo, com vistas a subsidiar decisão desta Subsecretaria.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA**, Subsecretário(a) de **Administração**, em 13/03/2018, às 18:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5984634** e o código CRC **2D4B27CE**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.